



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO COMO PRINCIPAL FERRAMENTA PEDAGÓGICA E INCLUSIVA

INDIVIDUALIZED EDUCATIONAL PLAN AS THE MAIN PEDAGOGICAL AND INCLUSIVE TOOL

Adrieny Mary da Silva Souza¹

Luciane Porto Frazão de Sousa²

Vera Lucia Gomes³

RESUMO

O presente artigo descreve a relevância da implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI), como principal ferramenta pedagógica e inclusiva para os alunos com deficiência. O objetivo foi promover estratégias e possibilidades lúdicas que contribuem para interação e desenvolvimento educacional dos alunos com deficiência intelectual. A metodologia utilizada foi estudo de caso e pesquisa bibliográfica e documental, que contemplem os direitos, possibilidades e possíveis propostas para a melhor interação e socialização dos alunos com deficiência, matriculados nas escolas regulares. Concluiu-se que o desenvolvimento do PEI abordando a ludicidade do jogo, foi fundamental para o desenvolvimento da criança, possibilitando seus interesses nas contagens dos números, favorecendo sua criatividade, cumprimento de regras, autonomia entre muitos outros benefícios educacional e social.

Palavras-chave: Plano educacional individualizado; Deficiência Intelectual; Matemática.

ABSTRACT

This article describes the relevance of implementing the Individualized Educational Plan (IEP),

¹ Graduanda em Pedagogia Licenciatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- CPAQ. email: raffael.ortiz@hotmail.com

² Pós doutoranda em Educação pela University of California. Doutora em Educação pela University of California, pesquisadora do Observatório Interdisciplinar de Educação Especial, Inclusiva e Diversidades/PPGE-UniLogos. Especialista em Atendimento Educacional Especializado. Psicopedagoga. Consultora Educacional. Email lufraza07@gmail.com.

³ Graduada em Pedagogia, Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Psicopedagoga, Doutora e Mestre em Educação. Docente da Universidade Federal do MS - Campus Aquidauana. E-mail: vera.lucia@ufms.br.



as the main pedagogical and inclusive tool for students with disabilities. The objective was to promote playful strategies and possibilities that contribute to the interaction and educational development of students with intellectual disabilities. The methodology used was a case study and bibliographic and documentary research, which contemplate the rights, possibilities and possibilities proposals for better interaction and socialization of students with disabilities enrolled in regular schools. It was concluded that the development of the PEI, addressing the playfulness of the game, was fundamental for the child's development, enabling their interests in counting numbers, favoring their creativity, compliance with rules, autonomy among many other educational and social benefits.

Keywords: Individualized educational plan; School inclusion; Playfulness.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo compreender e refletir o uso do Plano Educacional Individualizado (PEI) na aprendizagem dos alunos com Deficiência Intelectual (DI) promovendo metodologias e estratégias para uma educação de qualidade, favorecendo o desenvolvimento físico, cognitivo, psicológico e social, em uma escola comum a todos, caracterizando a inclusão escolar.

Por inclusão escolar, entende-se ao acesso permanência e aprendizagem em um espaço comum a todos, com oferta de atendimento educacional que atenda suas necessidades, respeite suas diferenças e promova seu desenvolvimento educacional. A inclusão escolar é função de todas as escolas, sejam públicas ou privadas, sendo que estas devem se organizar e se adaptar para receber todos os alunos, inclusive com deficiência.

Essas adaptações devem ocorrer em todas as disciplinas que forem necessárias, tornando preciso desenvolver habilidades que os envolva ao conteúdo, com diferentes recursos didáticos que despertem seus interesses e potencialidades, oferecendo um planejamento que contemple suas necessidades educacionais.

Um instrumento que pode ser utilizado para atender essas possibilidades é o Plano Educacional Individualizado (PEI), que segundo Glat, Vianna e Redig (2012, p.84), trata-se de um:

planejamento individualizado, periodicamente avaliado e revisado, que considera o aluno em seu nível atual de habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade cronológica, nível de escolarização já alcançado e objetivos educacionais desejados a curto, médio e longo prazos. Também são levadas em consideração expectativas familiares e do próprio sujeito.

De acordo com Valadão (2010), em sua pesquisa de mestrado, a inexistência de um plano educacional individualizado pode prejudicar o desempenho do aluno, causados pela falta de informação e dificuldades dos professores e da comunidade escolar, pois não atendem suas necessidades específicas comprometendo assim sua inclusão escolar. Desta maneira, pelo PEI é



possível trabalhar as habilidades do aluno em todas as disciplinas, inclusive nos conteúdos que o aluno encontra maiores dificuldades.

2 CONCEITUALIZANDO A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Até o século XVIII, a pessoa com deficiência intelectual era conceituada como doença mental, mantida em localidades afastadas das suas famílias, isoladas da sociedade, com o argumento de que teria melhor proteção, tratamento, ou processo educacional adequado (Aranha,2001).

Em 1960, foi proposto o acesso à escola comum, mas somente para os alunos que tinham condições de acompanhar o conteúdo, sem qualquer tipo de preocupação com suas necessidades individuais, caracterizando assim um movimento da integração educacional.

Em 1981, foi proclamado o ano internacional das Pessoas com Deficiência, sobre recomendação geral das Nações Unidas, contribuindo ao movimento e criação da inclusão social, definindo metas para a igualdade e oportunidades para as pessoas com deficiência, passando por diversas organizações e decisões, sendo fortemente impulsionada através da declaração de Salamanca, contribuindo diretamente a favor da educação para todos (SILVA, 2009).

A proposta era intervir diretamente nas oportunidades, possibilidades de aprendizagens e na inclusão educacional para todos os alunos, criando condições de inclusão diante as limitações dos alunos com deficiência. Segundo Pacheco (2007, p.15):

A educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia, reforma escolar e melhorias nos programas. No que tange a justiça social, ela se relaciona aos valores de igualdade e aceitação. As práticas pedagógicas numa escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que numa escola tradicional. A inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se em sua localidade, em vez de esperar que determinada criança com necessidades especiais se ajuste à escola (integração).

A garantia de educação para todos está incluída na Constituição Federal (1988), em seu artigo Art. 205, sendo dever “do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL,1988).

Ao abordar o direito de todos, inclui-se as pessoas com deficiência garantindo assim sua inclusão escolar. Ainda na Constituição, referente ao atendimento à essas pessoas tem-se o Inciso III, sendo dever do Estado oferecer o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Posteriormente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional



(LDB) n. 9.394/96, no Art.58 esses direitos foram reafirmados garantindo o atendimento educacional “em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular” (BRASIL,1996). tornando-se a dever constitucional do Estado, oferecer vagas na rede regular de ensino, para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Ainda na LDB é previsto, quando necessário, serviços de apoio especializado, para atender às peculiaridades dos alunos com deficiência matriculados no ensino regular, sempre em função de melhores condições. Além de especificar a importância da formação continuada dos professores, em busca de métodos, recursos e técnicas, para atender às necessidades dos seus alunos com deficiência. Beyer (2010, p. 62), reforça essa importância ao afirmar que:

Não há como considerar que uma criança com deficiência mental, com autismo, com paralisia cerebral ou com uma deficiência sensorial (visual ou auditiva) possa ter o devido atendimento pedagógico sem uma suficiente distinção de suas características cognitivas e de aprendizagem.

Ou seja, o autor pontua, a importância de professores qualificados, para distinguir e responder às necessidades de aprendizagem, oferecendo ensino com recursos e métodos adequados e significativos para seus alunos, independentemente de suas limitações ou especificidades.

Em 2008, foi elaborada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, representando um marco importante na Educação Especial, com o objetivo de:

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.(BRASIL,2008)

Para regulamentar essa Política foram publicadas a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº04/2009 que instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial e o Decreto nº 7611/2011 que “dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado” baseados nos princípios e nos direitos das pessoas com deficiência. Responsabilizando à escola o papel de diminuir e superar o preconceito e beneficiar todos. Segundo Moreira (2016, p. 337):



[...] foi elaborada segundo os ideais de uma escola democrática em que todos os estudantes tenham as condições básicas e necessárias para aprender, a partir de suas aptidões e capacidades, superando o modelo de uma escola que resulta na promoção de alguns estudantes e na exclusão de outros no processo escolar.

Deste modo torna-se necessário que todos sejam incluídos no sistema de ensino, em todos os níveis e modalidades, afirmando à criança os direitos à educação de qualidade e inclusiva, como uma ação política e pedagógica necessária. A partir da política, o público da educação especial passou a ser aqueles que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, nessa pesquisa será considerado aqueles com deficiência intelectual.

O termo deficiência intelectual passou por várias modificações com o tempo, sendo nomeado por diferentes terminologias, durante o percorrer das posições políticas e os estudos das épocas. Durante muitos anos foram nomeados como "idiotas, imbecis ou cretinas" (BORGES, 2022 p.48), deficiente mental. A partir da Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual (2004), o termo mental foi substituído pelo intelectual por referir-se ao funcionamento do intelecto não ao funcionamento da mente como um todo.

Philippe Pinel, iniciou os atendimentos nos hospícios, sendo que nesta época o DI era nomeado como idiotismo, algo então incurável. Somente depois de dez anos após relatórios de um aluno, que retratou possíveis melhoras de tratamentos, em busca de normalizar as crianças com DI, posicionamento até então errado. Borges (2022), reafirma essa constatação ao afirmar que, “não é possível “curar” a deficiência intelectual, mas é possível melhorar a condição do sujeito”. (BORGES, 2022 pg.50)

Durante um tempo, a DI foi confundida com Autismo por alguns profissionais, atrapalhando o desenvolvimento escolar, social e as práticas pedagógicas necessárias para melhor contexto de aprendizagem. No entanto, "deficiência intelectual não é autismo, nem psicose, embora essas condições possam encontrar-se associadas em alguns sujeitos" (BORGES, 2022, p.59).

No ano de 2013, foi elaborado o Novo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais (DSM-5), propondo a definição de inteligência como uma habilidade mental voltada à aprendizagem em desenvolver raciocínio, julgamento, aprendizados e experiências, abordando a necessidade de analisar o diagnóstico, critérios e os contextos variados estabelecidos por um profissional e ao comprovar a deficiência, é importante reconhecer suas necessidades e buscar melhores acessos, estratégias de profissionais que contemplem o desenvolvimento desta criança. (BORGES, 2022)

A autora Pletsch (2022, p.167) afirma que, “a deficiência Intelectual pode ser



compreendida a partir de cinco dimensões da vida humana: as habilidades intelectuais, o comportamento adaptativo, a saúde, a participação e o contexto social”, ressaltando a importância de buscar suportes e propostas pedagógicas sempre que for necessário. Um dos maiores desafios é identificar as características individuais do aluno com DI, com o intuito de favorecer novas possibilidades, propostas curriculares individualizadas, experiências, contextos sociais e práticas acessíveis que alcancem a aprendizagem desses alunos. É importante proporcionando um ambiente acolhedor, apresentando este aluno para a turma e mostrando a ele o espaço escolar em seu primeiro dia de aula, promovendo diálogos e questionamentos dos seus gostos e interesses. (PLETSCH, 2022)

Para o melhor desenvolvimento do aluno com DI é importante estabelecer habilidades que busquem maior concentração, atenção, memória, comparações, raciocínio, diálogo, entre outros. Sempre considerando suas necessidades específicas, após avaliação de seu desempenho, gostos, tempo de concentração, com estímulos e recursos adequados, com possibilidades que fazem sentido e envolvam diretamente sua aprendizagem. As atividades pedagógicas devem ser com foco na realidade em que o aluno se encontra, em busca de aperfeiçoar seus conhecimentos diários, a fim de alcançar estratégias que favoreçam a atuação pedagógica (DE CARVALHO, 2018), encontrando metodologias educacionais com recursos e ferramentas que busquem desenvolver as especificidades, questionamentos, interesses, escrita, matemática, linguagem oral, social entre outras, sendo que o Plano Educacional Individualizado (PEI) pode contribuir para isso.

3 O PEI PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O PEI pode contribuir significativamente com o ensino individual dos alunos, e também, desenvolver maiores responsabilidades e atenção dos professores, que a partir dos registros e análises promoverão adaptações das atividades para incluir os alunos, tornando-se um mediador que facilita o desenvolvimento e melhora o processo de aprendizagem do aluno. Tannús Valadão (2013, p.53, 54), define o PEI como:

Um mecanismo essencial para garantir os resultados esperados do processo de escolarização de pessoas em situação de deficiência, independentemente de onde deverá se dar essa escolarização, se na escola comum ou na especial[...] como um tipo de planejamento centrado na pessoa, que, no contexto da inclusão escolar, significa o planejamento que busca melhorar o processo de ensino e aprendizagem do estudante em situação de deficiência.

Para o professor elaborar o PEI, é necessário elencar metas e objetivos a serem alcançados, estabelecidos por meio da avaliação individual do aluno, considerando o desenvolvimento dos sujeitos, com documentação e registros por meio de relatórios. Esses documentos são necessários



para:

[...] ajudar o estudante a alcançar expectativas de aprendizagem, configurando-se como um documento norteador do trabalho educacional que identifica como as expectativas de aprendizagem para todos podem ser alteradas, levando-se em consideração as necessidades do aluno e o currículo padrão, bem como a identificação de metas alternativas nas áreas de programas, caso seja necessário. (TANNÚS VALADÃO, 2013, p.55)

Caso o aluno mude de instituição ou professor, o PEI se tornará um importante documento de reconhecimento das aprendizagens, habilidades, dificuldades e metas a serem alcançadas por aquele aluno. Além de permitir o professor identificar o caminho e a direção a seguir, dando um suporte de amparo ao seu processo de ensino. (TANNÚS-VALADÃO, 2013)

No entanto o PEI, deve ser utilizado como o meio de identificar e reconhecer os conceitos prévios do aluno, dando oportunidade de melhor apropriação e elaboração das atividades e ensinamentos interpretativos. O plano é utilizado também nas disciplinas em busca de favorecer diferentes oportunidades de se aprender por jogos, pinturas, aulas ao ar livre, recortes entre outras possibilidades, tornando uma atividade difícil ou até mesmo entediante para o aluno, prazerosa, facilitadora e contextualizada aos seus objetivos e gostos.

Sousa (2016), destaca que o plano educacional individualizado pode ser organizado em sete etapas.

1ª Etapa: Conhecer o aluno

- Deve-se obter informações importantes como nome, idade, filiação, responsáveis, contato, escolaridade, etiologia, modalidade de atendimento, endereço. Entre outros dados necessário que o professor achar importante coletar.

2ª Etapa: Avaliação Diagnóstica

- Avaliar as aprendizagens consolidadas do aluno, se precisa de suporte de apoio, quais suas limitações, habilidades, gestos, comunicações, dominação de conteúdo, participação em grupo ou em atividades extracurricular, cumprimento de regras, comportamentos, vocabulário adequado diante a sua faixa etária de idade, escrita, se consegue relacionar quantidade, espaço, tempo, datas, interesses, autonomia e entre outras aprendizagens significativas para o seu aluno.

3ª Etapa: Entrevista com o responsável

- Coletar informações do nascimento, desenvolvimento, familiares próximos, rotina, preferências, qual a importância do desenvolvimento daquela criança para a família, se participa das atividades com os filhos, regras e limites utilizados, alimentação, restrições, autocuidados, alergia, se há possíveis convulsões, medicamentos e se possui alguma rotina de atendimento médico ou tratamentos.

4ª Etapa: Necessidades pedagógicas específicas

- Desenvolver o levantamento de dados dos professores e da equipe que acompanha o



desenvolvimento do aluno, com a meta de identificar suas características, potencialidades, necessidades e informações necessárias para desenvolver estratégias pedagógicas significativas.

5ª Etapa: Propostas Curriculares

- Apresentar propostas e competências com base em conhecimentos, cultura, argumentos, estudos científicos entre outras propostas que favoreçam a aprendizagem da criança.

6ª Etapa: Desenvolvimento do aluno

- Registro avaliativo do processo de desenvolvimento de ensino e aprendizagem do aluno.

7ª Etapa: Planos e Propostas

- Desempenhar um plano de propostas e habilidades que favoreça o desenvolvimento da criança, alcançando possibilidades que enriqueçam suas potencialidades e auxiliam no seu processo de socialização, emoções, comunicação, inclusão e em suas habilidades.

Diante disso, é importante ressaltar que ao desenvolver a proposta do PEI, não pode se pensar em apenas uma estratégia de diferenciar o currículo. Deve-se considerar que ao usar esta ferramenta seu principal intuito é oferecer aprendizagens significativas que possam incluí-los na metodologia que está sendo estudada pelos seus colegas, ao qual devem alcançar metas, objetivos e recursos didáticos diante o ano escolar e a instituição em que se encontra matriculado.

4 O SURGIMENTO DO OBJETO DA PESQUISA

Observando o desempenho diário durante as aulas da aluna que chamarei de Maria (para preservar sua identidade) que apresenta deficiência intelectual, com 5 anos de idade, cursando o Pré II, constatei que ela não conseguia se concentrar nas atividades de matemática, tendo dificuldades nas quantidades e na sequência numérica. Apesar disso, esta aluna tinha muita vontade de aprender, expressando sua vontade por meio das tentativas de contagem dos objetos, folhas de árvores e lápis, se empenhando nas atividades propostas de matemática, mas quando as iniciava, começavam as indisposições, dores de cabeça, problemas na visão, vontade de ir ao banheiro e todas as horas perguntava se sua mãe já estava chegando para buscá-la.

Depois de inúmeras tentativas com diferentes propostas pedagógicas, foi iniciado o processo de coleta das situações que favorecem o seu desenvolvimento, necessidades específicas, organização, brincadeiras, expressão, raciocínio, funcionamento cognitivo, afetividade e interesses. Percebeu-se que a aluna manifestava seus interesses por jogos, histórias e em especial os que apresentavam contrastes de cores, bichinhos ou imagens da natureza.

O próximo passo foi a realização de uma entrevista com a mãe da aluna em busca de elementos que contribuísse para elaboração do PEI, como seu desenvolvimento, seu desempenho



escolar e as queixas dos professores, com a finalidade de identificar as dificuldades e potencialidades manifestadas por Maria em sua casa e na escola. Foi relatado que a mesma sempre frequentou a classe comum do ensino regular e não classe especial; fazia tratamento com fonoaudiólogo, psicólogo e que na escola as professoras a deixavam desenhando; interagia bem com seus colegas; as atividades que os professores enviavam para a casa, Maria sempre precisava de ajuda para fazer, caso ao contrário seus cadernos ficavam incompletos.

Após a coleta de todas as informações necessárias, realizou-se a identificação que a aluna se sentia apreensiva e incapaz de desenvolver as atividades sozinha, no entanto mostrava bastante interesse quando conseguia compreender a atividade. Constatou-se que sua evolução conceitual interferia na atitude e dependência de ajuda externa na resolução das atividades que exigem maior concentração individual, além de provocar muita tristeza e incapacidade quando não é estimulada e elogiada por sua mãe e professores.

Buscando alternativas para o que foi identificado, optou-se por trabalhar com jogo, levando em consideração os aspectos lúdicos desta abordagem, transformando a fantasia do brincar em aprendizagem dinâmica e prazerosa. Pelo jogo é possível que a criança aprenda por meio das situações e das diversas possibilidades de interação que esses proporcionam, integrando o seu desenvolvimento a importância do faz de conta, nesta faixa etária infantil.

No jogo, o professor tem participação relevante no desenvolvimento e aprendizagem, oferecendo momentos mágicos e significativos, com conteúdos voltados a sua realidade, consolidando a ludicidade como um suporte de apoio para o processo educacional infantil. (SILVA,2014)

A autora indica a importância de se trabalhar conteúdos escolares, fundamentados com atividades que reforçam o acesso aos conteúdos e métodos que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual, para promover e favorecer o acesso ao ensino e atender suas necessidades específicas. Mesquita (2002), reforça isso ao afirmar que é essencial que o educador desenvolva condições, que possibilitam e expressam seu desenvolvimento educativos com atividades educacionais transformadoras e inclusiva. (MESQUITA,2022)

Desta forma, como alternativa para trabalhar as dificuldades, interesses e potencialidades encontrados, foi desenvolvido dois jogos de matemática com Maria, que foi elaborado durante dois dias em duas aulas de matemática. O jogo tinha o objetivo de identificar os números, compreender a ordem, posição, sequência, quantidade e contagem oral, dos números de 0 a 9.

Pelo jogo é possível que a criança domine as experiências, e crie meios para controlar sua realidade e vivenciá-la. Segundo Savi e Ulbricht (2008), os jogos para serem utilizados com fins



educativos precisam:

[...] ter objetivos de aprendizagem bem definidos e ensinar conteúdos das disciplinas aos usuários, ou então, promover o desenvolvimento de estratégias ou habilidades importantes para ampliar a capacidade cognitiva e intelectual dos alunos. (SAVI; ULBRICHT, 2008, p.2)

A figura abaixo ilustra o jogo matemática adaptado através da execução das coletas previstas do PEI, para desenvolver as habilidades de Identificar os números, a sua quantidade e sequência com a aluna com deficiência intelectual.

Figura 1 – O jogo da Joaninha



Fonte: arquivo pessoal

Figura 2 - Quadro numérico de apoio para as duas etapas do jogo



Fonte: arquivo pessoal

Pela figura 1 e 2 é possível identificar os jogos que foi confeccionado durante uma atividade da disciplina de Fundamentos e Práticas do Ensino da Matemática, juntos com as acadêmicas N.G e C.R, sobre orientação do professor Fernando Batista, do curso de pedagogia-licenciatura. Era composto por uma imagem em formato de Joaninha, em papel cartão, ilustrado



por números, folhas, flores e pérolas com cores fortes contrastando para ajudar a aluna desenvolver seus interesses.

Para apoiar Maria, caso esquecesse o número, foi desenvolvido um quadro numérico como apoio. O quadro deveria ser utilizado para auxiliá-la a identificar o número e o laranja para a contagem das pérolas.

4.1.1 Ficha técnica do Jogo da Joaninha

Área de conhecimento: Matemática

Eixos: Números, quantidades e sequência.

Conteúdos: Identificação, sequência, posição e ordem numérica dos números de 0 a 9.

Habilidades: (EI03ET07) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência.

Objetivo: Identificar os números, compreender a ordem e a posição numérica, aprender a quantidade dos números, desenvolver a contagem oral.

Desenvolvimento da atividade: Para chamar atenção da aluna o jogo, é demonstrado por cores fortes, baseado em possibilidade de contagem de história. O aluno será auxiliado no percorrer do jogo, e se necessário, terá um quadro de apoio para identificação e contagem dos números.

As regras do jogo: Deve-se preencher as bolinhas das asas da joaninha, encaixando nos lugares que identifica a mesma numeração das asas, logo após colocar a quantidade exatas de grãos de feijão descrita dentro das bolinhas, até completar todas.

4.1.2 Encaminhamento metodológico do Jogo da Joaninha

O jogo utilizado com Maria foi trabalhado em três etapas, que serão apresentadas a seguir.

1ª etapa: Iniciou-se o jogo nomeando o objeto que era uma Joaninha, chamada de Lili foi contada uma história para ilustrar e chamar atenção de Maria. A história explicava que a Joaninha estava sobrevoando sobre a natureza e perdeu suas bolinhas e que eu tinha achado as bolinhas no jardim, estimulando seu faz de conta. Apresentou-se as tampinhas dizendo que aquelas eram as bolinhas perdidas, mas Maria precisava ajudar a colocar as bolinhas de volta na Joaninha, só que tinha que colocar nos lugares certos.

Dentro de um potinho foi colocado as bolinhas da joaninha (tampinha de garrafa pet com



os números na parte de dentro), foi solicitado para ela fechar os olhos e pegar uma tampinha sem olhar, depois abrir os olhos e dizer o nome do número e encontrar este número nas asas da joaninha, colocando a tampa com o número correspondente e, assim continuamos até completar.

Nesta etapa do jogo, Maria ficou muito entusiasmada, pois seria a heroína da Joaninha e vibrava de ansiedade para ver o número que pegou. No início mostrou dificuldades em identificar os nomes dos números, então contamos oralmente as perolas juntas. No final das tampinhas Maria desenvolvia sozinha a atividade.

2ª etapa: Explicou-se para Maria que dentro das bolinhas da Joaninha, moravam os senhores feijões, sendo que no número dois mora dois feijões, no número três moravam três feijão e assim sucessivamente. Então pediu-se para escolher uma das bolinhas da asa da joaninha, dizer o nome do número e colocar o feijão contando em voz alta.

No início foi necessária mediação, mas quando faltava pouco para a atividade ser completada, finalizou sozinha e feliz porque sabia contar. Após a atividade foi solicitado a Maria que desenhasse o momento que mais gostou do jogo.

Figura 3 - Jardim das joaninhas - 2º etapa do jogo



Fonte: arquivo pessoal.

4.1.3 Ficha técnica da 2º etapa: Jogo Jardim das Joaninhas

Área de conhecimento: Matemática

Eixos: Números e sequência.

Objetivo: intensificar a aprendizagem nas identificações dos números e sequências.

Desenvolvimento da atividade: Nesta etapa do jogo, a aluna terá que encaixar as folhas nas flores do jardim.



As regras do jogo: Encaixar e identificar os números das folhas as posições e os locais corretos nas flores.

4.1.4 Encaminhamento metodológico da 2ª etapa: Jogo Jardim das Joaninhas

As folhas foram colocadas em um potinho. Mostrou-se para Maria como encaixá-la. No próximo passo Maria tinha de escolher uma flor, identificar o número e encaixar na flor. Como já conhecia os números, necessitou apenas de orientação e auxílio no encaixe das folhas.

Depois deste jogo Maria aprendeu a identificar os números, contar até 10 e sempre se lembrava do jogo da Joaninha, confirmando que as atividades precisam ser atrativas e prender a atenção do aluno para ter significado. A atividade foi realizada sem reclamação e a mãe relatou que Maria passou uma semana falando que já sabia os números.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ludicidade é fundamental no processo de ensino e de aprendizagem, permitindo alcançar aspectos fundamentais para o desenvolvimento da criança, contribuindo ainda na sua construção pessoal, favorecendo sua autonomia, raciocínio, criatividade, responsabilidade, cumprimento de regras entre muitos outros benefícios educacional e social.

Pode-se também compreender a importância de incluir os alunos com deficiência, independentemente da sua limitação, pois esse público possui aparato legislativo, direitos sociais, econômicos e políticos que garantem o seu benefício de vida e desenvolvimento, sendo obrigatório garantir o amparo e adaptações necessárias para o desenvolvimento desses alunos.

É necessário e importante que o professor estude a especificidade do aluno, transmita confiança e estimule-os, apresentando atividades que favoreçam suas potencialidades e diminua suas dificuldades. O PEI é principal ferramenta de apoio para incluir e enriquecer a aprendizagem do aluno com deficiência, pois por meio deste documento é possível desenvolver um plano de estudo voltado à individualidade do aluno, auxiliando na aprendizagem, habilidades e inclusão. E, neste sentido, é necessário que o professor estude a especificidade do aluno e apresente atividades que favoreçam suas potencialidades e diminua suas dificuldades.

Desenvolvendo a experiência do PEI junto a Maria por meio de jogos, pode observar com relação aos objetivos que ao final da primeira etapa do jogo, Maria já conseguia identificar os números com mais facilidade, apenas com o apoio do quadro numérico. Quanto a compreender a ordem e posição, Maria, já estava mais atenta com as ordens dos números, precisando de apoio somente para encaixar as peças do jogo.

Em relação a sequência numérica, em primeiro momento maria mostrou dificuldade,



mas no decorrer do jogo conseguiu finalizar a atividade sozinha, com o apoio do quadro numérico. Referente a quantidade, inicialmente mostrou dificuldades, precisando de ajuda nas contagens dos feijões, mas quando estava para terminar de completar a atividade, faltando em torno de quatro a cinco bolinhas, Maria completou sozinha a atividade.

Na contagem oral dos números de 0 a 9, no início da contagem expressou vergonha por não saber pronunciar e identificar os números, mas no desenvolver da metade da atividade, já fazia a contagem e oralmente sozinha, sendo que no final já não precisa mais do apoio do professor e nem do quadro numérico.

Desta forma é possível afirmar que para Maria, o PEI desenvolvido com abordagem em jogos, o brincar e a fantasia, possibilitou seu desenvolvimento e habilidades nas contagens dos números, além de desenvolver a autonomia e confiança durante o percorrer da atividade.

Conclui-se que a ludicidade do jogo são aspectos fundamentais para o desenvolvimento da criança, contribuindo em seu processo de ensino e de aprendizagem, permitindo alcançar sua construção pessoal, favorecendo sua autonomia, raciocínio, criatividade, responsabilidade, cumprimento de regras entre muitos outros benefícios educacional e social.

Pode-se também compreender a importância da inclusão educacional dos alunos com deficiência, independente de sua limitação, pois esse público possui direitos sociais que garantam seu acesso e desenvolvimento nas escolas regulares, sendo do poder público o dever de garantir a adaptações necessárias para o desenvolvimento desses alunos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001. Disponível em: <https://claudialopes.psc.br/wp-content/uploads/2021/08/Paradigmas.pdf>. Acesso em: 26 de Out.2022

BEYER, H.O. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2010. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/772>. Acesso em: 4 de nov.2022

BRASIL. Presidência da República. **Decreto N° 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 08 de nov.2022

MESQUITA, A. M. A. Currículo e inclusão: reflexões sobre os conteúdos de escolarização para alunos com deficiência. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4081>. Acesso em: 01.dez. 2022.



MOREIRA, Carlos José de Melo. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: uma análise de três Programas Federais, para a Educação Especial.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016. Disponível em: http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/319216/1/Moreira_CarlosJosedeMelo_D.pdf. Acesso em: 8 de nov.2022

DE CARVALHO MASCARO, Cristina Angélica Aquino. **O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão.** Revista Espaço Acadêmico, v. 18, n. 205, p. 12-22, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/12007>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SAVI, Rafael; ULBRICHT, Vania R. **Jogos digitais educacionais: benefícios e desafios.** UFRGS. Porto Alegre. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/14405>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. **Da exclusão à inclusão: concepções e práticas.** 2009. Disponível em: [Silva.pdf \(ensinolusofona.pt\)](#). Acesso em: 26 nov.2022

SOUSA, Luciane Porto Frazão de. **Representações Sociais: um olhar sobre os processos de inclusão educacional.** A dimensão das Tecnologias Assistivas em ambientes inclusivos. Tese de Doutorado. University of California, USA, 2016.

PACHECO, J. et al. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

PLETSCH, Márcia Denise. O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) como instrumento para o processo de escolarização de alunos com deficiência intelectual. In: BORGES, Adriana Araújo Pereira; PLETSCHE, Marcia Denise (orgs.). **O aluno com deficiência intelectual na escola.** Mercado de Letras. Campinas, SP, 2022.

TANNUS-VALADÃO, Gabriela. **Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial: Propostas oficiais na Itália, França, Estados Unidos e Espanha.** 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)–Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3070/3397.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. acesso em 26 out. 2022

TANNUS-VALADÃO, G. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: avaliação de um programa de formação continuada para educadores.** 2013. 245 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2933/%206402.pdf?sequence=1>. Acesso em: 4 de nov.2022

SILVA, E. A. **Ludicidade e aprendizagem:** a importância do brincar na educação infantil. Itaporanga: Universidade Federal da Paraíba, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/4256>. Acesso em: 01 dez. 2022.